

## FONTES SOBRE A ESCRAVIDÃO EM MINAS GERAIS: um balanço historiográfico<sup>1</sup>

Alessa Nara Fortunato Pena<sup>2</sup>

Gilberto César de Noronha<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo tem como objetivo geral discutir os aspectos práticos, teóricos e metodológicos relacionados à utilização das fontes históricas em teses e dissertações sobre a escravidão em Minas Gerais defendidas entre 1993 a 2020. Porquanto, intenciona problematizar o uso das fontes evocadas por estes trabalhos buscando compreender como a historiografia mais recente tem abordado o tema, quais as fontes disponíveis para revisitar essa história, como esses registros têm sido identificados, analisados e compreendidos pelos historiadores. Elas foram analisadas segundo sua tipologia, autoria, data, local e contexto de produção, suas características (suporte, condições de preservação, língua etc.), bem como as questões de arquivo: as condições de acesso (disponibilidade, local de guarda e circulação), visando contribuir para o mapeamento das fontes (re)conhecidas sobre a escravidão pelos historiadores. Para tanto, tais trabalhos monográficos foram compreendidos como importantes vestígios do fazer historiográfico, fontes para a história da historiografia e fenômenos históricos tomados como objetos para uma futura teoria da história da escravidão.

**Palavras-Chave:** Fontes históricas. Historiografia. escravidão. Minas Gerais.

### ABSTRACT

This article has the general objective of discussing the practical, theoretical and methodological aspects related to the use of historical sources in theses and dissertations on slavery in Minas Gerais defended between 1993 and 2020. understand how the most recent historiography has approached the subject, what historical sources are available to revisit this history, how these records have been identified, analyzed and understood by historians. The sources were analyzed according to their typology, authorship, date, place and context of production, their characteristics (support, preservation conditions, language, etc.), as well as the issues of the archive: access conditions (availability, storage place and circulation), aiming to contribute to the mapping of sources on slavery (re)known by historians. Therefore, we understand these monographic works as important vestiges of historiographical work, sources for the history of historiography and historical phenomena taken as objects for a future theory of the history of slavery

**Keywords:** Historical sources. Historiography. slavery. Minas Gerais.

### INTRODUÇÃO

Por muito tempo a historiografia sobre a escravidão em Minas Gerais privilegiou em sua abordagem determinados recortes espaço-temporais que não dão conta da complexidade

---

<sup>1</sup> O comitê editorial da Revista História em Curso conferiu “Menção Honrosa” ao presente artigo.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [alefortt013@gmail.com](mailto:alefortt013@gmail.com)

<sup>3</sup> Docente nos cursos de Graduação e Pós-graduação (PPGHI e Profhistória-UFU) do Instituto de História da UFU. Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [noronha.gilberto@ufu.br](mailto:noronha.gilberto@ufu.br)

da presença dos negros escravizados neste espaço. Pouco nos informavam sobre as relações históricas entre a instituição da escravidão e a configuração atual das relações étnicas em diversas regiões das Minas e, sobretudo, as das Gerais. Por sua vez, a renovada historiografia sobre a escravidão, ao problematizar esses lugares comuns que teimavam em negar as evidências (dos vestígios do passado e das relações étnicas e culturais do presente) trouxe novas possibilidades e desafios ao estudo da escravidão em Minas Gerais, notadamente relacionadas à questão dos arquivos, do acesso e da interpretação das fontes. Do ponto de vista historiográfico, esta produção renovada constitui-se ainda por narrativas dispersas em grande parte pulverizadas em trabalhos monográficos, cujas fontes utilizadas estão espalhadas em diferentes arquivos e fazem eco ao desenvolvimento desigual das regiões de Minas Gerais e ao “diferenciado vigor da instituição da escravidão e grande número de configurações internas ao sistema escravista de Minas Gerais” (PAIVA e GODOY, 2021, p. 55). Deste modo, é urgente que tais trabalhos sejam revisitados em seu conjunto, sistematizados e interpretados do ponto de vista de uma história da historiografia da escravidão em Minas Gerais para que este processo de renovação percebido já desde os anos 1980, seja melhor compreendido.

Assim, este artigo se propõe a contribuir para a análise do conjunto dos estudos da história da historiografia da escravidão em Minas Gerais levada a cabo pelo “recenseamento das fontes que foram exploradas” (GLÉNISSON, CAMPOS, COSTA, 1991. p.163) antes de nós. Para tanto, a amostra consiste nos trabalhos monográficos – teses (T) e dissertações (D) – defendidos nos cursos de pós-graduação do Brasil, disponíveis em três bancos de dados: na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, no Repositório Institucional (DUCERE-UFU) e no Banco de Teses da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), totalizando uma amostra de 88 trabalhos analisados. Pretendeu-se, com esta pesquisa problematizar o uso das fontes pelos autores considerando os aspectos heurísticos, críticos e interpretativos próprios do ofício do historiador em busca da compreensão do estágio atual da pesquisa em história, quanto ao acesso e utilização dos vestígios do passado disponíveis sobre a história da escravidão em Minas Gerais. Ao problematizar alguns aspectos na e da produção sobre a temática tais questões-problema centrais destacam-se: Qual configuração a escravidão adquiriu nesses espaços? Como a historiografia mais recente tem abordado o tema? Como se efetivou esse processo mais amplo de renovação historiográfica sobre a

escravidão em Minas Gerais? Quais as fontes apoiam essas novas interpretações? Qual sua tipologia, sua localização, suas (novas) condições de acesso e circulação? Como esses registros têm sido identificados, acessados, analisados e compreendidos pelos historiadores? Quais têm sido as fontes utilizadas nas pesquisas históricas sobre a escravidão em Minas Gerais? Eis a preocupação específica, nessa proposta de pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Detectou-se nos três repositórios 88 (oitenta e oito) trabalhos que atenderam o objetivo da pesquisa, defendidos no intervalo entre 1993 e 2020. Os dados foram sistematizados e analisados quantitativamente tendo em vista o objetivo de dimensionar a importância da temática no campo da historiografia, considerando-se os objetivos, recorte espacial, justificativas, metodologias e questões principais desenvolvidas nos trabalhos. Quanto às condições de acesso, 66 (sessenta e seis) trabalhos estão disponíveis on-line (nos repositórios DUCERE, BDTD do IBICT e CAPES) e 22 (vinte e dois) trabalhos não estão disponíveis para *download*, o que impossibilitou a análise mais profunda dessas produções monográficas, tendo em vista as restrições de acesso, que foram acentuadas com as medidas de combate à pandemia de Covid-19 vigentes durante o desenvolvimento da pesquisa. No repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), identificou-se apenas três trabalhos monográficos em nível de pós-graduação da área de história, sendo uma dissertação (MUNIZ, 2020) e duas teses, por meio da consulta direcionada ao Instituto de História (INHIS) (SILVA, 2012; SOUZA, 2013). A busca foi feita na categoria de título com as palavras-chave: “escravidão” e “escravidão; Minas Gerais” que retornou 19 trabalhos que tratam da *escravidão*. No entanto, apenas três atenderam os critérios de abordar como tema principal a escravidão em Minas Gerais, correspondendo apenas 0,002% dos trabalhos disponíveis no repositório.

A consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBCT resultou em quarenta e cinco. No entanto, pelas características diferentes deste banco de dados os critérios utilizou-se a busca apenas por palavras-chave, sendo elas: “escravidão”; “Minas Gerais”, “escravidão; Minas Gerais”, “escravidão em Minas Gerais”, “História; Minas Gerais; escravidão”, “escravizados”, “escravismo”, “escravizados; Minas Gerais”, “escravidão; Minas Gerais”, representando 0,006% dos 708.091 trabalhos disponíveis.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) encontrou-se quarenta trabalhos que não constavam em nenhuma das plataformas anteriores e o método utilizado para se obter tais resultados também foi por meio das palavras-chave: “Escravidão; Minas Gerais” e “Escravidão; Minas Gerais; História”, correspondendo a 0,003% dos 1.561.010 trabalhos disponíveis na plataforma.

**Tabela 1:** Dissertações e Teses sobre Escravidão em Minas Gerais defendidas no Brasil entre 1993-2021.<sup>4</sup>

Instituição	Dissertação	Tese	Total
PUC-SP	-	1	1
UFBA	1	-	1
UFF	4	3	7
UFJF	7	1	8
UFMG	15	5	20
UFOP	7	-	7
UFRJ	1	-	1
UFRRJ	1	1	2
UFSJ	9	-	9
UFU	2	1	3
UNB	1	2	3
UNESP	1	1	2
UNICAMP	4	3	7
UNIVERSO	1	-	1
USP	4	9	13
USS	3	-	3
Total Geral	61	27	88

<sup>4</sup> Fonte: Repositório Institucional UFU. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia (Disponível em: <<https://btdt.ibict.br/vufind/>>); Catálogo de Teses e Dissertações. Catálogo de Teses e Dissertações - Painel de informações quantitativas. (teses e dissertações), (Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>). BTDS. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; (Disponível em: <<https://btdt.ibict.br/vufind/>>). Acesso em: 05 de set. de 2021.

## ESCRavidÃO E ESCRAVISMO: CONCEITOS REVISIONISTAS E NOVOS OLHARES SOBRE A ESCRavidÃO

Ao longo da etapa de seleção das teses e dissertações tomadas como fontes para a pesquisa, a escolha das palavras-chave, mais do que um detalhe procedimental nos possibilitou compreender um importante aspecto conceitual envolvido no desenvolvimento da historiografia sobre a escravidão. A utilização da palavra-chave *escravidão* retornava ao mecanismo de busca trabalhos com orientações teórico-políticas distintas daqueles que ressurgiram com a utilização da palavra-chave *escravismo*. De modo semelhante, observa-se a mesma distinção com as palavras-chave *escravo* e *escravizado* que remetem a trabalhos com diferentes perspectivas historiográficas. Assim, a história conceitual ao alertar para a importância de se considerar a linguagem intrínseca aos trabalhos que permitem analisar seus aspectos teóricos metodológicos específico sem anacronismos, possibilitou a percepção aos aspectos semânticos dos termos utilizados na construção de uma linguagem de experiências na realidade passada, possibilitando intencionar-se assim, os conflitos sócio-político dos diversos tempos históricos encerrados em cada pesquisa (o tempo do evento e o momento da interpretação e da escrita do texto historiográfico) de acordo com o pensamento de cada época. Atentou-se nessa análise a importância dos signos e significados de tais palavras, levando em consideração os espaços de experiência e os horizontes de expectativas dos autores que escolheram utilizar um e não outro conceito, uma vez que: “do ponto de vista puramente linguístico, uma oração assim formulada e recheada de expressões de caráter político e social causa não pouca dificuldade de compreensão” (KOSELLECK, 2006, p.99). E é nesse sentido que, desde a fase heurística, esta pesquisa, que inicialmente adotava as palavras-chave “escravidão” e “Minas Gerais”, ampliou a busca para quatro outros termos com signos completamente arraigados de conotações dispersas, as quais são indícios importantes da mudança da perspectiva historiográfica sobre a escravidão. É factível constatar nos trabalhos mais recentes uma tendência de alteração da utilização do conceito de escravidão para escravismo, de escravos para escravizados, não raro críticos às abordagens da história econômica para se voltar a história dos sujeitos.

Nesse sentido, os termos escravidão e escravismo, escravo e escravizado são conceitos que (d)enunciam mudanças de paradigmas de interpretação sobre o tema, legítimos indícios da renovação do olhar da historiografia sobre a escravidão. O uso do termo escravo e

escravidão tem sido associado a tendências historiográficas que no afã de compreender os aspectos econômicos da escravidão tratavam o ser humano escravizado como coisa, não raro considerando-o incapaz de compreender as ações humanas e de pensar por si. Apenas vítimas, tido como passivo, resultado dos próprios significados que lhe eram impostos. Reduzidos à condição de propriedade dos senhores que, por sua vez, eram superdimensionados em sua suposta capacidade de dominação e controle que na relação senhor-escravo era tido como único plenamente consciente das significações sociais da escravidão. O conceito de escravidão, nessa perspectiva, era entendido como um sistema de relações de trabalho forçado caracterizado pelas péssimas condições humanas de seu exercício, ausência de qualquer meio de remuneração e quando estes havia resistência ou recusa os escravos eram severamente punidos. Já os conceitos de escravizado e escravismo utilizados recorrentemente na dissertação da Geosiane Mendes Machado defendida da UFMG, está associado à reivindicação de uma nova perspectiva historiográfica após os meados do século XX, na qual o escravo passa a ser visto como agente de sua própria história, capaz de pensar por si mesmo.

Segundo a autora, a historiografia contemporânea sobre a escravidão empreendeu

críticas às análises de cunho estruturalista em que a lógica econômica se sobressaía a qualquer circunstância de ação individual. A produção precedente teve o mérito de denunciar a discriminação racial e questionar a concepção de “democracia racial”, todavia, dicotomizou a história, descaracterizando as diversas ações escravas em favor de atos de rebeldia tidos como única forma de resistência, a saber: as grandes sublevações. Os novos estudos mediante mudanças significativas de orientação, métodos e interpretação (re)escreveram o processo histórico segundo a ótica de que o cativo não estava, simplesmente, ligado a uma rede de formas de trabalho, mas também integrado em um universo social e cultural. Como tal, suas ações foram essenciais para o esfacelamento da instituição escravista, dando impulso aos estudos da história regional, o que revelou problemas tidos como improváveis pelos estudos históricos. (MACHADO, 2010, p. 38 - 39).

É evocando como herança legítima da tendência analítica de Sílvia Hunold Lara, Célia Maria Marinho de Azevedo, Sidney Chalhou, Robert Slenes, Kátia Mattoso, Eduardo França Paiva que as teses e dissertações questionam a visão essencialista que ronda o termo escravo. Muitos preferem o termo escravizado - indivíduo sujeitado ao escravismo como condição e não qualidade do ser. A interpretação crítica do uso dos termos “escravo” e “escravidão” está relacionada às transformações da própria historiografia que desde a década de setenta do século XX, esteve atenta à importância da linguagem como um agente estruturador das configurações sociais. Torna-se mais visível a importância da virada linguística nas humanidades e os trabalhos de tradição ligados ao estruturalismo e o

consequente movimento do pós-estruturalismo caracterizado pela recusa do cogito cartesiano, privilegiando uma análise das formas simbólicas, da linguagem vista não como um campo neutro, mas como constituintes da subjetividade do que como constituídas por esta, considerando a realidade como uma construção social e subjetiva, em perpétuo devir. Assim, reconhecem que as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem também o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, porém, uma crítica de suas próprias práticas de legitimação se faz necessária, e a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de imposição por meio do revisionismos dos trabalhos que uma vez já tratam sobre a temática da escravização de maneira que engendraram, naturalizaram e imobilizaram a história dos sujeitos que foram totalmente postulados a trabalharem a força.

Das oitenta e oito teses e dissertações consideradas na pesquisa, oito delas são explícitas na tentativa de romper com a estereotipia sobre o sujeito escravo produzida ou reafirmada pela própria narrativa historiográfica. (SOBRINHO, 2001; GONÇALVES, 2006; MACHADO, 2010; ALVES, 2011; CARDOSO, 2011; MARTINS, 2012; REZENDE, 2013; LIMA, 2014; MACENA, 2015). A proposta de mudar o enfoque essencialista associado ao termo escravo denuncia as estruturas hierárquicas da própria historiografia e a importância de reinterpretar a historiografia passada com novo olhares e perspectivas, ““com vistas à [luta dos escravizados pela] liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais” (MACHADO, 2010), atentos ao acionamento da “Justiça e [reclamando seus] direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)” (GONÇALVES, 2006)”. A atenção às forças que interferiam na luta dos escravizados como o trabalho de, “Entre a lei e o crime: a atuação da justiça nos processos criminais envolvendo escravos”, como no estudo de Martins (2012), no Termo de Mariana, 1830-1888” o que leva à consciência da “Polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas” (LIMA, 2014). O conjunto desses trabalhos apresenta verdadeiro “Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados” como Alves (2011) ao estudar Mariana (1727-1838) ou Fabiana Macena (2015) que perscruta “Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)”. Neste sentido, tais trabalhos denotam a complexificação da compreensão da escravidão em Minas Gerais levada a cabo pelas teses e dissertações sobre a escravidão em Minas Gerais

como Custódio Sobrinho (2001) ao debruçar-se “Sobre um tempo de incertezas: o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888)” ou Rosilene Cardoso (2011) que interroga “Relações sociais na sociedade escravista: cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888” ou Rodrigo Castro Rezende (2013) que estuda os “Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista”.

Em suma, esses trabalhos têm ampliado o esforço de superação dessa linguagem arraigada de preconceitos enfatizando a luta pela liberdade e a subjetividade da vida dos sujeitos escravizados, configurando um sistema complexo e motivador de leituras, significações e novas possibilidades interpretativas. Um dos desafios é, além de explorar novas dimensões da vida de escravizados e libertos em diversas temporalidades, como é evidenciado nos trabalhos citados, é também enfrentar os desafios e possibilidades que esta corrente historiográfica revisionista também propõe: as abordagens regionais. Nesse sentido, ainda que teoricamente aberta a este propósito de estudar também outros espaços de Minas Gerais, uma análise mais detida sobre o conjunto dos trabalhos revela que esta produção ainda está concentrada na realidade histórica da região tradicional de exploração das Minas de ouro e diamante.

## **CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS PESQUISAS SOBRE A ESCRAVIDÃO EM MINAS GERAIS**

Investigar os processos de formação e de uso dos conceitos pode ajudar a compreender muitas características e especificidades das diversas sociedades escravistas que se sucederam pela história. A possibilidade que existiu em alguns daqueles contextos históricos de se modificar a condição de escravo para a de liberto é um dos aspectos que mais tem atraído a atenção dos historiadores da escravidão, sobretudo em estudos realizados a partir das últimas décadas do século XX. (LIMA, 2014, p. 26).

Como pontapé inicial, a partir do que já foi apresentado aqui abre-se a possibilidade de aprofundar a análise de como anda a pesquisa historiográfica sobre a escravidão em Minas Gerais, afim de atingir o cerne da proposta do artigo, por meio de quem vem pesquisando sobre a temática, quais as temáticas mais abordadas, em quais áreas os trabalhos vêm sendo produzido, o período em que foram publicados, em quais universidades e orientados por quais doutores. Desta maneira, a primeira constatação foi que a produção historiográfica sobre a escravidão mineira tem dois perfis marcantes quando observados o recorte temporal explorado. Nos trabalhos cujo recorte temporal abrangia períodos até o século XVIII

predominam temas ou abordagens que envolvem os aspectos políticos, administrativos, demografia da região das Minas, ocupando-se com o tema clássico da história de Minas Gerais, o declínio da mineração e enfoque em questões econômicas do período. Já os trabalhos sobre a escravidão em Minas Gerais cujo recorte temporal abrange o século XIX abordam mais as relações que os sujeitos escravizados tiveram na sociedade em que estavam inseridos, seja com a religião ou com a família, além das diversas formas de resistências que estes faziam como uma forma de se posicionar enquanto sujeito pensante em luta pela liberdade. Dado que pode ser compreendido por meio dos oito trabalhos cujo recorte temporal das fontes analisadas foram produzidas até o século XVIII tenderam a abordar assuntos que envolvem os aspectos políticos, administrativos, demográficos e o enfoque privilegiado foram questões econômicas da escravidão, como por exemplo (TIZOCO, 2018). Já os trabalhos cujo recorte temporal abrange o século XIX estão mais ligados às relações que os sujeitos escravizados tiveram na sociedade em que estavam inseridos, às suas “redes de sociabilidade”, seja por meio das práticas religiosas (OLIVEIRA, 2011) ou da família (TEIXEIRA, 2001), além da ênfase nas diversas formas de resistência escrava (MACHADO, 2010) reconhecendo sua condição de sujeito pensante, ativo na busca pela liberdade (MUNIZ, 2020).

Tendo em vista os temas enfocados nesses trabalhos, investigou-se as áreas/linhas de pesquisas em que estes trabalhos se enquadram tomando como base os programas das universidades onde foram desenvolvidos. A observação das áreas e linhas de pesquisas às quais estes trabalhos estão vinculados possibilita relacionar o lugar social de produção dos trabalhos com a mudança da percepção historiográfica sobre o escravizado, a partir dos meados da década 1990, quando se passou a ver o escravizado como protagonista de sua própria história, que tinha vínculos fortes com a sua malha social (MACHADO, 2010, p.27), interessando-se pela construção de sua subjetividade. Percebe-se nesses trabalhos forte influência dos intelectuais que debatiam o poder da linguagem (LIMA, 2014, p.57) e seus conceitos nas produções históricas, assim como a redução do número de produções que tinham como ponto central a economia, demografia que privilegiavam as regiões clássicas da mineração em Minas Gerais. Isso explica a grande concentração de trabalhos que se enquadram na chamada história social e história cultural como áreas de pesquisa. A mudança de perspectiva coincide também com o aumento das produções sobre a temática e tiveram seu

pico em 2013, no bojo da expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Como podemos perceber pelos dados do gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Áreas de pesquisas dos PPGs onde foram desenvolvidas as TDs

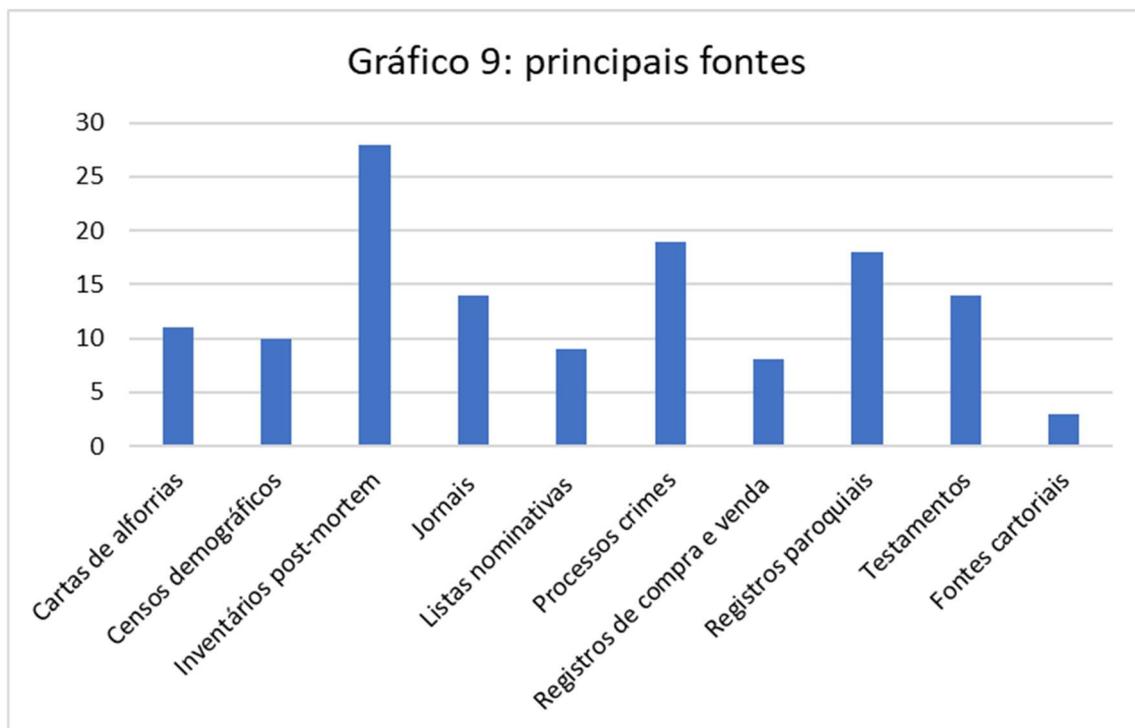


**FONTE de dados:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia e no Catálogo de Teses e Dissertações. Catálogo de Teses.

Apesar do aumento da produção sobre esta temática da escravidão em Minas Gerais, é perceptível também que as orientações estão concentradas em determinadas instituições e orientadores. Destacam-se entre os principais orientadores Andreia Lisly Gonçalves (8 trabalhos) e Douglas Cole Libby (7 trabalhos): ambos são referências importantes na temática, pesquisando respectivamente: alforrias, escravidão, liberalismo, contrarrevolução e miguelismo, tendo como linhas de pesquisas poder, espaço e sociedade e História de Minas, sociedades escravistas, demografia escrava, História da Família e o mundo da produção e do consumo, tendo como linhas de pesquisas História Social da Cultura. A fim de compreender como os registros sobre a escravidão têm sido identificados, analisados e compreendidos pelos historiadores, constatou-se as principais fontes evocadas em seus trabalhos e destacamos as dez mais trabalhadas pelos historiadores. A progressiva diversificação de fontes chama a atenção desde o aumento de produções historiográficas ocorridas na década de 1970, quando houve um grande interesse dos historiadores por essa temática e, desde os anos 1990. Com a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil os novos trabalhos

diversificaram as abordagens teórica-metodológicas e isso se deu pela/ou em razão da ampliação de fontes documentais como cartas de alforrias e ações de liberdade, os censos demográficos, os inventários post-mortem (os mais utilizados), os jornais, as listas nominativas, os processos crimes, os registros de compras e vendas de escravos, os registros paroquiais, os testamentos e os registros cartoriais.

**Gráfico 2:** Principais fontes exploradas pelas TD que estudam a escravidão em Minas Gerais



**Fonte de dados:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia e no Catálogo de Teses e Dissertações. Catálogo de Teses.

Desta forma, tanto as cartas de alforrias quanto às ações de liberdade têm sido registros importantes para a abordagem da complexidade das relações entre senhores e escravizados, para além da “leniência paternalista do cativo ou a violenta reificação do escravo” (CASTRO, 2021, p.17) caracterizando como um processo da vida escrava, na qual o cativo fazia com que o senhor percebesse que merecia obtê-la por meio da obediência e submissão com tensões e processos de negociação. Os inventários *post-mortem* apresentam para o estudo da historiografia da escravidão uma riqueza de detalhes com informações específicas das configurações espaciais da escravização, tornando-se boas referências de como era a população local naquela época devido à riqueza dos detalhes contidos abrangendo questões sociais, culturais, econômicas, administrativas e políticas, uma vez que apresenta os

interesses da família do falecido e muita das vezes o próprio interesse do falecido por meio do testamento. Os testamentos, por sua vez, também possuem o caráter informador riquíssimo em detalhes, pois nele consta informações pessoais, como o nome do falecido, sua nacionalidade, local de residência, estado conjugal, filiação, a partilha definida para cada herdeiro, assim como informações de cunho econômico, tais como: descrição dos bens deixados, assim como a avaliação dos mesmos e um aspecto muito analisado pelos historiadores - a quantidade de escravizados que o indivíduo possui e qual seria o destino do sujeito, em alguns casos era prescrito que havia a concessão da liberdade e de fato era concedida, em outros o escravizado continuava sujeito ao sistema devido os interesses familiares e em outros casos o falecido já testemunhava que o sujeito deveria continuar a ser forçado a trabalhar (PAULA, 2013, p.38).

Outra fonte bastante utilizada, em 14 trabalhos, foram os periódicos que contém informações do dia a dia da população. Veículo largamente disseminado no Brasil, em especial no século XIX, com a chegada da família real, é a imprensa a plataforma privilegiada dos diversos debates políticos e socioeconômicos tendo como pauta as questões da escravidão e dos movimentos de abolição nesse período: a emancipação dos sujeitos escravizados, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, além de registrarem diversos conflitos ocorridos nas senzalas e nos espaços sociais ocupados pelos cativos como também era o principal meio de comunicação de anúncios de senhores denunciando escravos fugitivos, as rebeliões feitas por eles, os escravizados que estavam a venda etc (SANTOS, 2020, p.48). Os processos crime também têm sido utilizados para se compreender o cotidiano dos sujeitos na sociedade escravocrata, os senhores, pessoas livres ou cativos são neles retratados (MARTINS, 2012, p.30). Os processos crime permitem, com o cruzamento de outras fontes, perceber a riqueza de detalhes que possibilitam com que o historiador possa construir sua narrativa ancorado nos documentos que tentam mostrar as forças das relações sociais entre os escravizados quando se tinha um interesse comum, além de representar, os valores cultivados na sociedade, desde as noções de (in)justiças que os sujeitos a escravização tinham, as regras de conduta que estes eram obrigados a seguir e até mesmo a representação dos traços da sociedade do espaço pesquisado, pois neles contém as informações detalhadas e depoimentos das pessoas envolvidas no processo.

Verificou-se também a relevância dos aspectos relacionados aos recortes espaço-temporais por meio dos locais de guarda dessas fontes, dos quais 60% constituem em arquivos

públicos, instituições culturais de guarda e preservação do patrimônio histórico por meio de documentos da esfera pública ou privada, que preservam vestígios da história social, a memória individual e coletiva da sociedade de determinadas épocas que variam de acordo com o documento. Dos três principais arquivos que guardam as fontes mais consultadas, o Arquivo Histórico Ultramarino (utilizado em quatro trabalhos), constitui uma grande relevância para a história da escravidão brasileira, pois era responsável pelo recolhimento dos documentos administrativos de todas as colônias de Portugal que reunia documentos referentes desde o século XVII de cunho político, administrativo, econômico e financeiro, contando com cartas régias, regimentos, leis, documentos eclesiásticos, de guerras, de comércio, navegação, mineração, descobertas de medicamentos, projetos de explorações entre vários outros. Por esses motivos, o arquivo é muito utilizado para encontrar fontes sobre o período escravocrata. De fato, o arquivo mais consultado (28 trabalhos) foi o Arquivo Público Mineiro localizado na cidade de Belo Horizonte, criado em 1895, é um dos arquivos mais antigos do estado e guarda uma gama de documentos importantíssimos para pesquisas, dentre os quais estão contidos os documentos legislativos, administrativos, históricos geográficos, científicos, literários, artísticos. O seu catálogo on-line, disponibilizado no final do século XX facilitou o acesso, bem como a digitalização de parte do acervo que está disponível online o que contribui não apenas para o aumento da preservação das fontes como também potencializa o alcance desses dados por meio da rede de fluxos de informações na *Internet*.

Ademais, relacionamos os locais de guarda com a sede em que esses trabalhos foram desenvolvidos a fim de compreender ainda mais sobre quem [e onde se] anda produzindo história sobre a escravidão em Minas Gerais. As teses e dissertações que se propõem a fazer a da história da escravidão em Minas Gerais estão sendo produzidas em grande parte em programas de pós-graduação dentro do próprio estado de Minas Gerais (57% do total dos trabalhos orientados), tendo como principal lócus a região central de Minas Gerais - a Universidade Federal de Minas Gerias, localizada em Belo Horizonte com 20 trabalhos. A segunda instituição em que mais se produziu trabalhos teses e dissertações sobre a escravidão em Minas Gerais tem sido a Universidade de São Paulo, localizada em São Paulo, com 13 trabalhos e a Universidade Federal de São João del-Rei com 9 trabalhos. Contudo, também foram desenvolvidas pesquisas sobre o tema em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia representando respectivamente 30%, 9%, 3% e 1%, todos pesquisando a mesmo recorte geográfico considerado que atualmente corresponde aos limites do estado de Minas Gerais,

porém cada um tem um recorte específico dentro deste limite, como é evidente ao analisar o recorte espacial que esses trabalhos exploraram.

As regiões de Minas mais estudadas são as comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica, além das cidades de São João del Rei e Ouro Preto. Assim, por meio dessa análise foi exequível classificar essas regiões dentro da esfera da divisão de mesorregiões para se ter uma clareza maior sobre quais regiões vêm sendo pesquisadas. É a região central mineira a mais escrutinada, contando com 23 trabalhos, seguida pela região sul e sudeste com 19 trabalhos e a região da zona da mata mineira com 11 trabalhos. Vale ressaltar que esses dados são referentes apenas aos 66 trabalhos disponíveis on-line que conseguimos analisar de forma mais profunda.

**Mapa 1:** Recorte espacial explorado pelas teses e dissertações sobre a escravidão em Minas Gerais



**FONTE de dados:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia e no Catálogo de Teses e Dissertações. Catálogo de Teses.

Ademais, é evidente com o balanço realizado a compreensão de como a historiografia mais recente tem abordado as configurações que a escravidão adquiriu nesses espaços e quais as fontes históricas disponíveis para revisitar essa história, como esses registros têm sido identificados, analisados e compreendidos pelos historiadores. Em suma, com base nos dados encontrados nas plataformas pesquisadas (DUCERE-UFU, BDTD e CAPES), é possível concluir que, desde 1993, mais de 80 historiadores vêm pesquisando sobre a história da

escravidão em Minas Gerais. Foi nos anos de 2011 e 2013 que ocorreu pico desta produção, contando com 9 trabalhos defendidos em cada ano, desenvolvidos em instituições de todo o estado de Minas Gerais. Destaca-se também que o período que se registraram as menores produções foram de 1993 a 1999, 2003, 2004, 2007, 2017 e 2019 todos tendo apenas um trabalho. Partindo desse recorte temporal de 1993 a 2020, os únicos anos que não foram defendidas TDs sobre o tema foram 1995 e 2017. Podemos analisar através do gráfico abaixo, por meio da linha ascendente a média de trabalhos defendidos por ano, com o intuito de perceber as variações ocorridas durante esse recorte temporal.

**Gráfico 3:** Período de defesa dos trabalhos que evocaram o período escravocrata em Minas Gerais



**FONTE de dados:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia e no Catálogo de Teses e Dissertações. Catálogo de Teses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante, deve-se destacar que o foco desses trabalhos eram evidenciar o reconhecimento da composição escrava, por meio da explicitação das relações de poderes tanto entre os senhores quanto entre os sujeitos escravizados, sejam pelos mecanismos de repressão e punição que a população via como forma de conter os medos das revoltas ou pela movimentação interna dos cativos que foram amplamente complexos, nos quais estavam inserido o pluralismo de estatutos jurídicos, os direitos sociais, as estratégias familiares reforçando a identidade desses seres a fim de compreender o processo de extinção da

escravidão, nos possibilitando compreender como a historiografia recente tem abordado o tema e como esses registros têm sido identificados, acessados, analisados e compreendidos pelos historiadores, uma vez que “as fontes são elementos importantes de uma pesquisa histórica, no entanto são suas análises que delineiam o caráter do trabalho. Um mesmo conjunto de fontes pode gerar trabalhos com temáticas e/ou abordagens diferentes.” (REBELATTO, 2012, p. 62).

Outrossim, esses novos trabalhos também contribuem para o revisionismo historiográfico, uma vez que até a década de setenta do século XX, a produção historiográfica relacionada a escravidão era vista da perspectiva econômica e política, no entanto, com esse novo modo de fazer a historiografia, os autores vêm se preocupando em utilizar novos métodos, novas abordagens e novas fontes, possibilitando que a história da escravidão ganhe outros significados que contribuam para tornar mais complexa a compreensão do que foi a escravidão em Minas Gerais e, sobretudo, compreender melhor a ação dos sujeitos escravizados, reconhecidos não apenas como vítimas mas como agentes de sua própria história. Ademais, essas novas produções enfocam a rebeldia não como uma simples ação, mas sim como uma forma de resistência, assim como as fugas, as relações familiares e de sociabilidade construídas pelos cativos também foi uma outra forma de criar laços para se conseguir sobreviver, além de vários outros fatores que essa nova perspectiva de olhar esse processo histórico possibilitou escrever com novos conceitos, métodos e fontes. A partir da análise feita sobre as metodologias adotadas por cada um dos oitenta e oito historiadores, por meio da leitura integral de cada trabalho, é perceptível que boa parte das pesquisas adotaram metodologias inspiradas nas produções da micro-história, em que se preocuparam com a reconstrução do ocorrido da forma mais completa possível, dando enfoque nos indivíduos envolvidos em cada situação, o que explica a grande quantidade de trabalhos que usam como método o cruzamento de várias fontes para obter o resultado esperado destacado nos objetivos, a fim de reunir todos os detalhes que possam ser articulados dentro de cada análise objetivada. É verdade que a amostra é composta unicamente por estudos monográficos com sua característica específica de ser restrita do ponto de vista do recorte temático e aprofundada do ponto de vista da análise, mas a discussão teórica e as justificativas dos trabalhos apontam também para uma tendência de questionamento das grandes narrativas sobre e uma análise mais restrita do ponto de vista da escala.

Esses trabalhos têm contribuído para reconstrução da história dos sujeitos escravizados, um grupo social constituído por diversos povos, diversas culturas e experiências de vida marcadas pela experiência comum da escravização. Esta instituição marcou não apenas a vida daqueles sujeitos que viveram entre as astúcias da dominação senhorial e as lutas e estratégias em busca da liberdade, mas também põe em questão nossa cultura política mais ampla que, a despeito das rupturas, se configura por muitas continuidades históricas. Sejam elas relacionadas ao racismo persistente ou à desigualdade econômica, a injustiça social que transcende o nível estrito da linguagem e do estereótipo. A superação dessa linguagem arraigada de preconceitos, por exemplo, está no horizonte de muitos destes trabalhos sobre a escravidão em Minas Gerais que podem soar anacrônicos em relação ao objeto de estudo, mas são mobilizadores dos sujeitos historiadores que, do presente, interrogam suas fontes, estabelecendo pontes e fraturas com o passado, renovando os sentidos da luta pela liberdade e (re)construindo subjetividades do passado no presente configurando um sistema complexo e motivador de leituras, significações e novas possibilidades interpretativas.

### FONTES DE REFERÊNCIA

ALVES, Rogéria Cristina. **Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados.** (Mariana, 1727-1838). 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

BATISTA, Caio da Silva. **A dinâmica da escravidão urbana em Minas Gerais do século XIX: cotidiano, senhores e alforrias, Juiz de Fora 1831-1888.** 349 f. Tese – Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora (MG), 2020.

CARDOSO, Rosilene Costa. **Relações sociais na sociedade escravista: cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888.** 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora (MG), 2011.

CASTRO, Bruno Martins de. **Forjando liberdades na encruzilhada da escravidão: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c.1830- c.1860).** 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora (MG), 2020.

GEOSIANE Mendes. **Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais.** 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, Jener Cristiano. **Justiça e direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716 - 1815)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2006.

LIMA, Douglas. **A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas minas gerais setecentistas**. 2014. 157 f. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. 294 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

MACHADO, Geosiane Mendes. **Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais**. 192 f. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, Lídia Gonçalves. **Entre a lei e o crime: a atuação da justiça nos processos criminais envolvendo escravos – Termo de Mariana, 1830-1888**. 187 f. Dissertação – Universidade Federal de Ouro Preto: Ouro Preto (MG), 2012.

MUNIZ, Flávio Junio Neres. **Nas tramas da justiça: sociabilidade e resistências de escravizados na Uberaba oitocentista**. 251 f. Dissertação – Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2020.

OLIVEIRA, Livia Gabriela de. **A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina – 1864-1888**. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto: Ouro Preto (MG), 2011.

PAULA, Juliano Tiago Viana de. **Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica (RJ), 2013.

REIS, Liana Maria. **Escravos e abolicionismo na imprensa mineira, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1993.

REIS, Amanda Cardoso. **O mercado de terras e escravos no Distrito da Lage: trajetórias de enriquecimento 1850-1888**. 218 f. Dissertação – Universidade Federal de São João del-Rei: São João del-Rei (MG), 2020.

REZENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades nas Minas Sete e Oitocentista**. 339 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense: Niterói (RJ), 2013.

SANTOS, Elizabeth Marcia dos. **Resistência escrava: as fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes 1871 1888'**. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei: São João del-Rei (MG), 2020.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **Benditos Amaros - remanescentes quilombolas de Paracatu**: memórias, lutas e práticas culturais (1940-2004). 192 f. Tese – Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia (MG), 2012.

SOBRINHO, Juliano Custódio. **Sobre um tempo de incertezas**: o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888). 294 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

SOUZA, Júlio César de. **Sociedade e escravidão no século XIX**: crianças escravas em Uberaba - 1871-1888. 97 f. Dissertação - Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia (MG), 2013.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888**. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Pessoas negociando pessoas**: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888). 236 f. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2018.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Sileia Maria. **No rendilhado do cotidiano**: a família dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais. (C.1770-1850). Curitiba: Appris, 2020.

GLÉNISSEON, Jean; CAMPOS, Pedro Moacyr; COSTA, Emília Viotti da. **Iniciação aos estudos históricos**. 6.ed; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CASTRO, Bruno Martins de. **Forjando liberdades na encruzilhada da escravidão**: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c.1830- c.1860). Curitiba: CRV, 2021.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Prefácio. *In.*: CASTRO, Bruno Martins de. **Forjando liberdades na encruzilhada da escravidão**: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c1830-c.1860). Curitiba: CRV, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RJ, 2006.

MACHADO, Geosiane Mendes. **Com vistas à liberdade**: fugas escravas e estratégias de inserção do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais. 192 f. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. **Anais do X Seminário sobre Economia Mineira**. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 2002.

REBELATTO, Martha. **Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas, termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888.** 258 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2012.